

ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Quero, em nome dos 40 parlamentares desta Casa Legislativa, cumprimentar todos os alunos da EEB Frederico Rolla, de Atalanta, que se fazem presentes hoje; também o Colégio Jesus Maria José, de São Miguel d'Oeste.

Sejam todos muito bem-vindos!

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes de Atalanta e de São Miguel d'Oeste.

Ocupo esta tribuna para tratar de dois assuntos: Udesc e agricultura.

Nos últimos dias tivemos inúmeros eventos no oeste e quero dizer aos jovens de São Miguel d'Oeste aqui presentes e que certamente se estão preparando para cursar a Udesc, seja em Palmitos, seja em Pinhalzinho, que as coisas estão bem complicadas.

O curso de Enfermagem da Udesc em Palmitos foi fechado. Estão trabalhando para que seja abertos outros cursos, mas não os que a região e a população esperam.

No município de Pinhalzinho, sr. presidente, foi construído um prédio há oito anos, mas está totalmente condenado, pois o telhado está quebrado e terá que ser reconstruído. Recentemente, inclusive, caiu parte do forro do andar térreo. Com o prédio embargado, a Justiça liberou para construção do novo telhado, deputado Silvio Dreveck. À época foi até assinado um convênio com a prefeitura, a obra foi licitada, mas, como dizem por lá, o que houve foi uma tapeação.

A Udesc contratou uma empresa para dar um laudo completo para saber se é preciso demolir o prédio ou se ainda dá para reformar. Vejam que absurdo o que acontece em Santa Catarina! Os alunos estão de um lado para outro sem um lugar adequado para ter aulas.

Ontem tivemos uma reunião na sala da Presidência desta Casa, articulada por diversos deputados, que contou com a participação da Câmara Municipal de Pinhalzinho, do vice-prefeito e de várias lideranças. Na ocasião o reitor assumiu o compromisso de agilizar a questão do prédio, inclusive para abrir o curso de Engenharia Química, já que já existe o curso de Engenharia de Alimentos.

Até o dia 13 de novembro o laudo sobre o prédio estará pronto e o reitor se comprometeu de, no dia 18, estar em Pinhalzinho com sua equipe para fazer um relato sobre a real situação da estrutura do prédio, se ele pode ser reformado ou se de fato a estrutura está comprometida.

Esperamos que isso não ocorra, porque se toda aquela estrutura estiver comprometida, certamente a situação ficará mais complicada ainda. Esperamos

também que o Judiciário cumpra o seu papel e responsabilize quem de direito pela situação do prédio porque, inclusive, já foi instaurado um processo por improbidade administrativa.

Queremos que a comunidade regional e que os estudantes não sofram mais, que haja agilidade na reforma do prédio e na sua ampliação, a fim de que seja construído um espaço de convivência naquela universidade.

Sempre falo que não queremos apenas alguns cursos no oeste, deputado Sandro Silva, na verdade, o oeste e o meio-oeste catarinense merecem ter *campi* da Udesc e da UFSC.

Por último, estive visitando ontem à noite, depois da sessão, os municípios de Alfredo Wagner e Bom Retiro, a fim de sentir a grande preocupação dos agricultores, deputado Serafim Venzon, com relação à cebola.

No ano passado a situação para os produtores de cebola esteve bem tranquila, pois o preço estava bom. Com isso, este ano houve uma corrida doida, principalmente no centro-oeste e em Minas Gerais, para plantar cebola. O que aconteceu? Algo perfeitamente previsível, ou seja, o preço caiu em função do aumento da produtividade e da área plantada. Além disso, a Argentina está com uma excelente safra, o que causou ainda maior queda nos preços, que hoje estão muito abaixo do custo de produção.

Por essa razão, vamos propor a realização de uma audiência pública na qual pretendemos debater o que fazer para evitar que no momento da colheita os preços estejam muito aviltados. Vamos chamar para essa audiência pública as entidades e os governos estadual e federal, a fim de que discutam e achem um encaminhamento que evite o prejuízo que parece estar-se avizinando, especialmente para os agricultores familiares do estado de Santa Catarina.

Então, saímos de Alfredo Wagner e de Bom Retiro com o compromisso de contribuir para essa discussão, através da comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar, primeiramente, os alunos da EEB Frederico Rolla, de Atalanta, bem como os alunos da Escola Estadual Jesus Maria José, de São Miguel d'Oeste.

Quero também saudar a d. Maria Nazário e o sr. Odair, de Palhoça, que vieram a esta Casa apoiar o Movimento dos Desbravadores, um trabalho que a Igreja Adventista do Sétimo Dia vem fazendo em nosso estado e em todo o país e que começou em Brusque há mais de 100 anos. Eles têm feito um excelente trabalho com os adolescentes, principalmente de 15 a 18 anos, preparando-os para a vida, qualificando-os e complementando a educação dada pelas famílias.

Também quero saudar, de forma muito carinhosa, o Daniel, de Monte Serrat, representante do Movimento dos Moradores de Rua. Existe um contingente relativamente grande de pessoas em Florianópolis e na Grande Florianópolis que realizam um trabalho social muito bom.

Gostaria de saudar ainda o prefeito Rudimar Francisco Guth, de Tigrinhos, e o vereador Chicão, que estão circulando nas instâncias do governo buscando recursos para melhorar a sua cidade. E, sem dúvida nenhuma, essa é uma ação para qual o governo do estado tem dado uma atenção especial, tendo começado justamente no governo de Luiz Henrique da Silveira, quando foram criadas as SDRs para ajudar a transformar as cidades do interior em lugares bonitos e bons para morar, em lugares onde as pessoas possam continuar morando, em lugares onde os filhos tenham a expectativa de uma qualidade de vida melhor.

Quero, por último, saudar a sra. Maria Dolores Pelisão, presidente da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares, que promoveu, no domingo e na segunda-feira, um grande movimento em Florianópolis e em São José, justamente reunindo os conselheiros tutelares do estado inteiro para

discutir estratégias e ações para atender melhor à população. Sempre dentro daquele princípio de que se quisermos mudar a sociedade, precisamos começar mudando a criança, o adolescente, no sentido da complementação da sua formação.

Nós já realizamos, com o apoio desta Casa, várias audiências públicas. A Presidência sempre tem dado todo o apoio, disponibilizando funcionários, bem como o material técnico para realizar esses eventos.

Já estivemos em Criciúma, Itajaí, Joinville, Lages e Chapecó e após essas quatro audiências, pudemos concluir que a estrutura técnica e a infraestrutura, tanto de pessoal quanto das edificações, estão inadequadas para a aplicação das medidas socioeducativas necessárias, pois elas têm o claro objetivo de reinserir os internos na sociedade.

Praticamente todas as construções dos Cases - Centros de Atendimento Socioeducativo -, tanto definitivos quanto provisórios, são totalmente inadequadas. E o governador sabe disso, tanto é que já está agilizando as coisas. O São Lucas, aqui em São José, deverá ficar pronto já para o ano que vem, devendo ser inaugurado entre março e abril de 2014. O Case de Joinville está pronto, faltando apenas a capacitação do pessoal e a questão da água e do esgoto. Quanto a Lages, já há um acordo com o prefeito para construir o Case e o Casep novos numa área maior, a fim de que tenha condições de promover a reinserção social dos internos. Em Chapecó, a construção do Case deverá ter início em janeiro de 2014 e na cidade de Tubarão já há um Casep sendo construído.

Além disso, estando prontas essas edificações, naturalmente que será necessária a contratação de mais gente para fazer a readequação funcional e transformar a convivência daqueles jovens adolescentes num processo de formação.

Hoje, para terem uma ideia, há cerca de 400 determinações judiciais para internação definitiva, mas apenas 300 adolescentes estão acolhidos. Por quê? Porque faltam vagas!

Mas o que notamos é que nos últimos anos vêm aumentando o número de infrações. Além desses 300 jovens que estão em internação definitiva, há perto de dois mil em medidas socioeducativas, tais como, liberdade assistida e prestação de serviços comunitários, distribuídos em 70 ou 80 Cras no estado de Santa Catarina.

Ocorre, s. presidente e srs. deputados, que há perto de dois mil jovens também que nem chegaram a ser denunciados, apesar de terem cometido infrações. E esse número vem aumentando progressivamente, como também a gravidade dos delitos.

Desses 400 adolescentes, 100 estão relacionados com crimes contra a vida - latrocínio, homicídio ou tentativa de homicídio, ou seja, infrações graves! Essas infrações geralmente estão muito relacionadas com a estrutura familiar, com a pobreza e com as drogas.

Por isso, se quisermos de fato mudar a sociedade é necessário investir mais na criança e no adolescente, combatendo o uso e o tráfico de drogas, combatendo a pobreza e apoiando a estrutura familiar, que é a base de toda educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Tilton) - Ainda dentro De Breves Comunicações, com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, catarinenses aqui presentes, entre eles o meu amigo, dr. Nelson Quirino de Souza, que foi vereador em Joinville. Seja bem-vindo a esta Casa!

Sr. presidente, farei um pronunciamento em duas partes. Na primeira parte quero anunciar, desta tribuna, que hoje, conversando com o governador Raimundo Colombo e com o secretário Nelson Serpa, ficou acertado que na segunda-feira o governador assinará a convocação das mulheres que foram aprovadas no concurso da Polícia Militar, mas que não haviam sido chamadas porque não mais existiam vagas femininas.

Mas quero também falar sobre a viagem, deputado Altair Silva, que fiz na semana passada, como presidente do bloco brasileiro da UPM, à cidade de Santa Cruz de La Sierra.

Catarinenses, vocês não imaginam como são as universidades na Bolívia. Quando se fala disso, logo vem à nossa mente que lá o estudo é ruim, porque os alunos não prestam exame vestibular para entrar na Faculdade de Medicina, por exemplo.

Pois bem, eu fui *in loco*, vi, anotei algumas coisas, trouxe para cá e estão aqui as anotações feitas pelos alunos. Somente em Santa Cruz de La Sierra há 20 mil brasileiros estudando. Na universidade em que eu estive, a Udabol, há 4.800 brasileiros estudando. Quando eu lhes disse que ouvira aqui que na Bolívia não se faz vestibular para entrar na universidade, eles me perguntaram se seria melhor fazer vestibular para entrar e depois não ser mais avaliado, ou não fazer vestibular, mas depois de vencer todas as etapas ainda ter que se submeter ao *examen de grado*, algo semelhante à prova que a OAB aplica para os bacharéis em Direito. E não para aí. Depois de serem aprovados nesse *examen de grado*, os alunos ainda têm que trabalhar três meses de graça para o governo, no local em que a administração pública determinar, para só então terem o diploma na mão.

Sr. presidente e colegas parlamentares, a Udabol é uma das cinco universidades existentes em Santa Cruz de La Sierra. A estrutura dos laboratórios de física - e sei que vou arrumar encrenca, mas vou dizer -, comparada à das universidades de Santa Catarina, fazem as nossas parecerem escolas de 2º grau.

Aqui um curso de Medicina, deputado Romildo Titon, exige 8.500 horas de estudo. Lá a exigência é de 11.700 horas! E qual é o preconceito? Por que será que o Conselho Federal de Medicina tem tanto medo que esses brasileiros natos que foram para lá estudar, onde pagam US\$ 120 de mensalidade, ao passo que aqui pagariam R\$ 5.000,00, venham trabalhar no Brasil? Por que esses brasileiros que estão lá se esforçando, deputado Padre Pedro Baldissera, longe de tudo e de todos, para buscar

uma formação, já que na pátria deles é difícil entrar numa universidade federal porque só entra o filho do rico que conseguiu fazer o pré-vestibular, não conseguem revalidar seu diploma no Brasil? Por que será que o Conselho Federal de Medicina, no Revalida, coloca questões de especialidades médicas?

Mas agora, senhores, começam a ser discutidas na Justiça as questões referentes a especialidades médicas no Revalida. Um médico argentino, por exemplo, conseguiu derrubar judicialmente, nesta segunda-feira, dez questões do Revalida, deputado Silvio Dreveck. Sabe por quê? Porque ele comprovou que as dez questões se referiam à especialização em cirurgia plástica. Como ele não entende nada de cirurgia plástica, pois é outra sua especialidade médica, não conseguiu responder, é claro!

E daí, o que vamos fazer? Eu entendo que o programa Mais Médicos do governo federal é uma porta que se entreabriu para que possamos discutir com seriedade o caso desses alunos brasileiros que estão-se formando na Bolívia e que querem voltar para o seu país para trabalhar.

Ontem eu assisti a um vídeo no YouTube e morri de rir. Referia-se ao Mais Médicos. Começava assim: um médico cubano tentando falar com uma paciente brasileira pergunta-lhe: "A senhora está *embarazada*?" Essa palavra em espanhol quer dizer grávida. Ela responde: "Vivo todos os dias *embaraçada*". Aí ele pergunta: "*Como es su nombre*?" Ela diz: "Meu homem é meu marido! E eu trouxe aqui um doce para o senhor". O médico pega o doce e fala: "Está *mui esquisito*". Essa palavra em espanhol quer dizer gostoso. Ela retruca: "Que *esquisito* que nada, me devolve já!"

É um negócio impressionante! Muitas vezes pensamos que não existem diferenças entre a língua portuguesa e o espanhol, mas existem. E o vídeo termina com ela falando sobre *ônibus*. O médico lhe pergunta: "*Usted utiliza su buceta para venir al trabalho*? *Buceta* em espanhol quer dizer *ônibus* pequeno. Vocês nem imaginam o rolo que deu!

Mas voltando a falar sério, uma das críticas que se fazem ao programa Mais Médicos é que os

médicos que chegam para trabalhar não falam português. Ora, nós temos uma multidão de brasileiros que se formam no exterior e querem vir trabalhar no Brasil, mas o CFM dificulta as coisas. Eu encontrei gente de Tubarão, de Joinville, de Florianópolis, de São Miguel d'Oeste e de Joaçaba estudando na Bolívia e que não podem vir para cá porque o Conselho Federal de Medicina bloqueia, faz o clubinho para ninguém entrar. Por quê? Por que não querem que esses médicos venham atender a população da periferia? Eles estão aptos sim, desde não sejam provas feitas para que eles não passem, como, por exemplo, pedir a um cardiologista que responda a questões de prótese mamária. O que um cardiologista vai entender de implante mamário?! Mas é assim a prova do Revalida que foi derrubada na Justiça de São Paulo.

Quero dizer, finalmente, que essa luta só está começando. Queremos garantir o direito dos brasileiros de trabalharem na sua pátria!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de oradores do PMDB, passaremos ao horário do PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, deputadas, todos que acompanham nossa sessão, subo à tribuna no horário do PSDB para fazer uma avaliação do cenário político nacional.

Todos têm acompanhando pela imprensa o trabalho que o PSDB vem desenvolvendo no sentido de lançar o seu candidato a Presidência da República, o senador Aécio Neves. Recentemente o partido fez um programa nacional no qual colocou vários de seus posicionamentos, várias de suas ideias no sentido de chamar a atenção para o momento que o país atravessa.

Se olharmos o que aconteceu nas ruas, nos grandes centros e também em Santa Catarina, não só quanto aos episódios recentes, mas também quanto aos ônibus queimados, fica flagrante a falta de segurança pública. Agora mesmo estamos acompanhando manifestações nas grandes capitais que se transformaram em verdadeiro vandalismo, em anarquia, onde quem deve proteger o cidadão está com medo de agir. A Polícia está observando o que está acontecendo sem tomar medidas mais enérgicas, pois sempre que age mais fortemente, setores da imprensa e entidades ligadas aos direitos humanos criticam sua atuação mais ostensiva.

Mas a verdade é que tudo isso está levando o país à anarquia, pois mais violência está solta nas ruas. Ora, para que isso seja controlado, uma ação firme do governo federal é necessária, sim. Contudo, infelizmente, parece que o governo federal mais uma vez passa longe dos problemas deste país, colocando a culpa nos estados e municípios.

Tenho dito que se não forem tomadas medidas urgentes não se sabe o que acontecerá no futuro. Durante a Copa América ficou flagrante o que poderá ocorrer durante a Copa do Mundo, em 2014, no que se refere ao acesso aos estádios de futebol.

O PSDB tem chamado a atenção para os problemas do país já faz algum tempo. Há 12 anos que o governo do PT não apresenta ao Congresso Nacional uma reforma estruturante. E todos sabem que a mãe das reformas para o sistema federativo, para termos efetivamente novamente uma nova federação, é a reforma tributária, fiscal. A reforma fiscal não acontece porque o governo federal não tem interesse, já que fica com 70% de tudo o que é arrecadado no país com tributos. De todo e qualquer imposto que o cidadão paga, seja direta, seja indiretamente, 70% vão parar nas mãos do governo federal, ficando apenas 19% para os estados e 11% para os municípios.

Sr. presidente e srs. deputados, onde estão os problemas? Onde estão as soluções? Estão nas cidades, estão nos municípios. E os prefeitos

estão aí a comprovar isso, pois hoje eles só conseguem pagar a folha e aquilo que se refere à receita vinculada. Não sobra mais nada para investir!

Então, o único meio de revertermos essa concentração de renda é através da reforma tributária. Porque, na verdade, já vivemos num estado unitário, no qual quem tem tudo e pode tudo é a união, é o governo federal. E os congressistas têm que entrar rapidamente nesse processo, quando conseguem aprovar uma emenda, é claro que garantem sua reeleição, porque atenderão seus prefeitos. Mas essa não é a solução para o país. Queremos, sim, a inversão dessa pirâmide. Qualquer país desenvolvido do mundo tem a pirâmide ao contrário, ou seja, os recursos estão na base, onde vive o cidadão, e não na mão do governo federal.

Essa concentração de renda aumentou muito nos últimos anos. É claro que isso é histórico. Desde os governos militares a diferença entre os mais pobres e os mais ricos cresceu bastante e concordo que o PSDB, com o presidente FHC, não fez muito para melhorar esse quadro.

Entretanto, agora chegou a hora da mudança e se não invertermos essa pirâmide, vamos continuar convivendo com esse modelo arcaico. Nesse caso, a população continuará indo às ruas porque cansou dessa situação. A revolta não é contra um político, mas contra todos. Logo, não podemos virar as costas às manifestações da população, que hoje crescem numa velocidade muito grande, através das redes sociais que repassam as informações rapidamente e as pessoas se organizam dentro desse sistema com rapidez.

O presidenciável Aécio Neves já fez seu discurso nessa linha no programa nacional do PSDB e em vários encontros do partido. Ele tem ciência de que somente a inversão desse modelo poderá mudar a ordem social, política e econômica neste país.

Sr. presidente e srs. deputados, acredito que no ano que vem, por ocasião da campanha presidencial, esse assunto será o cerne dos debates, das discussões.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Coma a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero saudar os amigos do sistema prisional que estão nesta Casa e a comissão de formatura da turma de Comércio Exterior da Univale, de Itajaí, formada pela Jéssica, pelo Rodrigo e pelo José Francisco, que estão em visita ao Poder Legislativo. O nosso abraço a todos.

Há pouco o deputado Kennedy Nunes falou sobre a questão da saúde que, realmente, é preocupante. Nós temos visto o esforço do governo do estado em estudar e buscar soluções, porque se investe mais, colocam-se melhores equipamentos, amplia-se o número de leitos nos hospitais, contratam-se mais servidores e médicos, mas, no entanto, o número de exames e cirurgias realizados vem caindo. Logo, alguma coisa está errada. Essa foi a razão de o governo estadual procurar uma forma de remunerar os profissionais médicos pelos serviços prestados, a fim de que o cidadão, aquele que necessita e sofre com o mau atendimento, receba uma atenção melhor.

Mas quero falar de uma situação que tenho visto, ouvido e até intercedido e que está ocorrendo no Hospital Regional de Chapecó. Aquele hospital é público, mantido pelo estado, com servidores do estado. Lá, qualquer médico pode realizar cirurgias. Mas existe o tal do corpo clínico. Eu sempre achei que corpo clínico fosse um conselho superior devidamente instituído, organizado. Mas não! O corpo clínico é o clube do Bolinha dos médicos, que decide quem pode entrar no hospital para operar e quem não pode. Dessa forma, o Hospital Regional de Chapecó deixa de realizar um grande número de cirurgias e procedimentos porque o corpo clínico, capitaneado

por um diretor, impede que outros médicos realizem cirurgias e atendam no hospital, que é do estado, que é público, que é do povo, do cidadão. Isso é inadmissível!

Tenho conversado com os médicos. Há pouco tempo um grande especialista fez cirurgias de câncer com grandes resultados. Eu conheço o caso de um amigo meu que teve que extrair 70% do estômago e conseguiu curar-se. Esse médico, por questões familiares, porque ele é da região, quis mudar de Cascavel para Chapecó, mas o corpo clínico do Hospital Regional de Chapecó não aceitou. Ele teve, então, que entrar com um recurso administrativo na secretaria da Saúde.

Os próprios médicos de Chapecó dizem que a cidade está perdendo muito na questão da saúde para Passo Fundo e para outros municípios, principalmente do Rio Grande do Sul, para onde os profissionais acabam migrando. Há poucos dias, um médico do extremo oeste queria marcar uma cirurgia no Hospital Regional de Chapecó, mas foi comunicado que não poderia mais realizar cirurgias uma vez que o corpo clínico do referido hospital assim havia decidido. Isso é um absurdo! É o fim da picada! Não se trata de um estabelecimento particular. Trata-se do Hospital Regional de Chapecó!

Por isso, é louvável a iniciativa do governo do estado quanto ao plano de gestão da saúde, pois efetivamente é preciso resolver essas questões. Nós temos excelentes médicos, qualificados e dedicados, mas confesso que nunca vi uma categoria profissional, infelizmente e tomara que seja exceção, tão dinheirista! Nunca vi!

A saúde é mesmo um negócio engraçado. Está tudo mal na saúde, o hospital está quebrando, os pacientes ficam dois anos na fila, os enfermeiros estão mal, apenas os médicos é que vão bem. Tenho amigos e conhecidos médicos, mas não dá para entender.

Então, realmente a questão da saúde tem que ser estudada, não apenas em nível estadual, mas nacional, porque quem deve ficar bem na saúde é o paciente, o cidadão, as pessoas que precisam do

médico, mas apenas os médicos estão bem, ao passo que os hospitais e os enfermeiros estão muito mal.

Srs. deputados, teremos, no próximo dia 13 de novembro, em Balneário Camboriú, uma audiência pública da comissão de Segurança Pública.

A respeito da falta de segurança pública, um jornal do referido município publicou a seguinte manchete: "Crime tomou conta". É claro que a população se preocupa com isso, principalmente por ser uma cidade que apesar de parecer uma metrópole, quem vive lá, como eu, sabe que é pequena, todas as pessoas se conhecem e ficam assustados com o aumento da criminalidade.

Assim, no próximo dia 13, no CDL de Balneário Camboriú, realizaremos uma audiência pública da comissão de Segurança desta Casa, que já foi presidida pelo nobre deputado Gilmar Knaesel, que tão bem a conduziu. Na ocasião discutiremos e, se possível, levaremos o secretário de Segurança, o delegado-geral da Polícia Civil, o comandante-geral da PM e os comandantes regionais. Sabemos do empenho e do esforço de todos. Inclusive, a segurança no município melhorou um pouco com a participação da Guarda Municipal.

No próximo dia 19 de novembro, a audiência pública será realizada em Joinville, na Câmara Municipal, porque as cidades estão querendo debater, ver o que é possível fazer para combater o avanço da criminalidade e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Eu gostaria de registrar a presença do vereador Ademar Schneiders, de São João do Oeste, que é uma liderança forte do PSDB e que tem feito um bom trabalho naquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, não posso deixar de fazer a defesa da classe médica, pois nem todos os médicos merecem críticas. Alguns, talvez. Não sei qual é a sua formação, deputado Maurício Eskudlark, mas há muitos advogados dinheiristas também! Quero dizer a v.exa. que existem bons médicos que fazem o seu trabalho. Agora, se a saúde vai mal não é por culpa dos médicos, mas dos governos: federal, estaduais e municipais.

E digo mais, aqui não devemos fazer críticas às universidades brasileiras. Os nossos estudantes de Medicina merecem respeito. Há pessoas que criticam os médicos. Logo, quando precisarem ser atendidas, devem procurar os médicos da Bolívia, devem consultar-se com eles, devem tratar-se com eles! Sem problema algum!

Nós achamos que a classe médica merece respeito. Ela tem os seus problemas como qualquer classe tem. Mas se a saúde no Brasil e em Santa Catarina se encontra de pé é porque os médicos a sustentam, porque pagam do seu bolso os congressos e as especializações de que participam. Um curso de Medicina tem seis anos de duração, mais os três anos de especialização, são nove anos, deputado Kennedy Nunes, estudando para se tornar um especialista!

Penso que é lícito que o médico receba o que é justo pelo seu trabalho. Por exemplo, o Sistema Único de Saúde - SUS - não paga dignamente os médicos. Acho que os médicos merecem mais respeito do governo federal, do governo estadual e do governo municipal. A classe médica é uma classe abnegada, podem ter certeza, catarinenses. Já pensaram quantas vidas foram salvas em Santa Catarina? Será que só existem coisas ruins na medicina praticada no Brasil? Vamos pensar em coisas boas. Vamos pensar em construir uma

medicina cada vez melhor. Fazer com que a medicina de primeiro mundo seja levada às pessoas mais pobres, às mais necessitadas, àquelas que realmente precisam.

Muitos médicos, catarinenses, trabalham uma vida inteira gratuitamente, cumprindo sobreaviso, atendendo à população. O médico tem, sim, um profundo respeito pelo ser humano e faz tudo para ajudá-lo, para salvar vidas. Claro que ninguém faz nada sozinho. Os médicos não trabalham sozinhos, mas com o auxílio das enfermeiras, dos auxiliares de enfermagem, dos técnicos de raios X; no centro cirúrgico contam com o auxílio dos instrumentadores e dos técnicos da UTI. Enfim, todos os funcionários públicos dos hospitais constroem no dia a dia uma medicina melhor para todos nós.

Srs. deputados, os números mostram que a mortalidade infantil em nosso estado é uma das menores do Brasil. Isso significa que damos saúde à gestante e ao seu filho que está vindo ao mundo. Significa também que estamos melhorando a qualidade do serviço médico. Mas para isso temos que ter os equipamentos e a infraestrutura necessária e, acima de tudo, o respeito da classe política.

Defendo, sim, a classe médica porque acho injusto falar somente sobre as coisas ruins da medicina. Precisamos também ver as coisas boas, quantas vidas são salvas, quantos pacientes são atendidos. Fazemos a saúde em conjunto e não de forma solitária ou individualista.

Meu discurso hoje não era sobre esse assunto, mas sobre o grande evento realizado no município de Taió com o governador do estado, quando pedimos que aquela região seja contemplada com uma estrada de 14km, ligando a colônia Ruthes à Moema, permitindo que os viajantes passem por Mafra e percorram um caminho mais curto para Curitiba.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Parabenizo v.exa. pelo discurso e quero dizer que, inclusive,

o meu homenageado deste ano com a Comenda do Legislativo será o ex-deputado Stélio Boabaid, que é um grande médico, conhecido como pai dos pobres por atender todo mundo sem horário marcado, com dinheiro ou sem dinheiro. Realmente há grandes médicos, inclusive amigos meus.

Minha indignação, e talvez v.exa. possa orientar-me, é que me chegou a informação de que o corpo clínico do Hospital Regional de Chapecó estaria sendo contra a possibilidade de outros médicos realizarem cirurgias naquele hospital. Sei que v.exa., como médico e deputado, é um dos mais benquistos da querida Canoinhas, minha terra natal. Sei da sua dedicação e de um grande número de médicos. Mas não dá para admitir que alguns médicos possam barrar a entrada num hospital público de outros médicos. Talvez até tenha me expressado mal, mas essa é a linha do meu pensamento, com todo respeito à classe médica pelo trabalho que realiza.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Com relação à essa questão, acho que cada corpo clínico tem seu regimento. Desconheço o que está acontecendo lá, mas vou procurar informar-me para poder emitir melhor uma opinião.

Quando há um regimento para o corpo clínico, ele tem que ser cumprido, mas a princípio todos os médicos que têm qualificação têm direito a trabalhar em qualquer hospital.

Mas estávamos falando de Taió. Queremos, juntamente com os deputados Aldo Schneider e Jailson Lima, que também estiveram no evento, fazer uma reunião com os prefeitos para que a licitação para o projeto dessa obra seja realizada pelo governo estadual ainda este ano.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente, deputado Kennedy Nunes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar. A minha crítica não foi em relação aos médicos e sim ao Conselho

Federal de Medicina e ao formato da prova do Revalida.

Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero cumprimentar o presidente, a nossa líder, deputada Ana Paula Lima, os colegas de bancada e os demais parlamentares.

Quero registrar, inicialmente, de forma rápida, que hoje faz dez anos que o programa Bolsa Família foi implantado no Brasil. Dizer da minha alegria e satisfação diante dos dados do programa. Na semana passada, inclusive, assomei à tribuna para trazer informações sobre o que significou o Bolsa Família para as crianças em termos de saúde: melhorou a qualidade da alimentação, melhorou o peso, diminuiu a mortalidade infantil, além de alavancar a economia brasileira. Cada R\$ 1,00 aplicado no programa Bolsa Família gera R\$ 1,80 de renda à economia brasileira.

Quero destacar ainda que o programa atende a 13,8 milhões de famílias, com um orçamento de R\$ 18,5 bilhões em 2013, sendo que o valor médio do benefício mensal é de R\$ 152,00. Em 2003, quando foi implantado o programa, ele atendia 3,6 milhões de famílias, com um valor médio mensal de R\$ 74,00.

Então, esse é o grande programa que já ajudou a tirar da miséria absoluta muita gente!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, realmente é um belíssimo programa que nos orgulha muito. Hoje, inclusive, estava assistindo ao pronunciamento do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff sobre o quão foi importante esse programa para o nosso país.

Quero aproveitar a oportunidade deste aparte, se v.exa. me permite, para registrar a presença do vereador Paulo Sartori, do PT do município de

Tijucas, que está acompanhando todos os nossos trabalhos e também festejando as boas novas do governo federal.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputada Ana Paula Lima, pela contribuição e quero cumprimentar o prefeito do município de Bela Vista do Toldo, Gilberto Dasmaso da Silveira, que também nos visita nesta tarde.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte, pois também quero cumprimentar o prefeito de Bela Vista do Toldo?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Prefeito, seja bem-vindo à nossa Casa de Leis! Espero que venha muitas vezes aqui para melhorar o seu município e criar condições de um bom mandato.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Hoje quero falar sobre a agricultura e a ameaça dos Estados Unidos de denunciarem o Brasil na OMC por causa dos subsídios que nosso país estaria dando à agricultura familiar.

É uma questão interessante, mas muito polêmica, pois os Estados Unidos e a União Europeia, principalmente os Estados Unidos, estão ameaçando fazer uma representação contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio em função dos incentivos do nosso país à agricultura familiar por meio do Pronaf, da compra direta, do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos -, que é um programa estratégico para investimentos na agricultura familiar.

Mas a verdade é que o governo dos Estados Unidos também favorece a agricultura do seu país, principalmente na perspectiva da exportação. Eu tive a oportunidade, no ano passado, de visitar Portugal e lá, conversando com agricultores, pude perceber que eles também recebem incentivos. A pergunta é a seguinte: qual é o país que produz alimentos, que preza a sua segurança alimentar, que não dá incentivo público, especialmente para pequena agricultura familiar?

Vejam que esse é um dos setores mais frágeis da economia, mas que tem um papel estratégico no desenvolvimento de um país. Em função do alimento já houve muitas guerras entre países, já tivemos muita fome e muitas mortes.

Então, é acertada a política do governo do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff, que na semana passada anunciou mais um programa de incentivo à produção orgânica e agroecológica.

Nós entendemos que a agricultura não pode ser vista como uma questão simplesmente econômica. Ela é uma questão de segurança alimentar e nutricional do povo, é um problema de saúde pública.

Nós sempre estivemos juntos nessa grande luta. Ajudamos, no início dos anos 80, a construir uma das maiores políticas públicas da América Latina e do mundo, o Pronaf, que revolucionou a agricultura brasileira, especialmente a agricultura familiar.

No estado de Santa Catarina, deputados, se olharmos para a cadeia produtiva do leite no oeste catarinense, veremos que foi lá que a agricultura familiar começou, pois com recursos do Pronaf o agricultor produziu alimentos, incorporou-se ao processo produtivo e melhorou a qualidade de vida da sua família.

Então, entendemos essa questão como uma interferência do governo americano na política interna do Brasil, uma ameaça à nossa autonomia e, especialmente, uma ameaça à segurança alimentar dos brasileiros.

Nós vamos continuar na luta cada vez mais para que o governo brasileiro invista recursos para garantir a segurança alimentar do povo brasileiro e a produção de alimentos. Porque a pequena propriedade é a que mais precisa da presença do estado, através da formação, da capacitação técnica, da pesquisa, do crédito, enfim, do armazenamento da compra pública.

Aprovamos aqui, na semana passada, um belo projeto que incentiva as compras governamentais. Felizmente o Brasil está avançando. Recentemente foi lançado um programa da produção de alimentos agroecológicos, orgânicos, alimentos com mais qualidade. É um programa que incentiva a

agricultura familiar, as pequenas cooperativas, a agroindústria familiar, a economia solidária. Hoje muitas mulheres se organizam pelo estado afora, agregam valor à sua produção. O estado compra os produtos desse setor para incentivar os jovens, fazendo com que as famílias fiquem no campo, no interior, gerem emprego e renda.

Lamentavelmente o governo de Santa Catarina deixa muito a desejar. Há mais de três anos que o governador afirmou que iria acabar com a terceirização da alimentação escolar, que passaria a comprar os produtos da agricultura familiar. Esperamos que o governo coloque em prática a lei que estabeleceu as compras coletivas, aprovada na semana passada. É preciso sair do discurso e ir à prática. Não é possível continuar acompanhando os discursos do secretário de Agricultura sobre um programa de compras públicas neste estado. Nem em relação à alimentação escolar há um programa implantado! O governo estadual poderia estar adquirindo produtos da agricultura familiar, fortalecendo os grupos, as iniciativas que os agricultores constroem com muita dificuldade, enfrentando problemas de toda sorte.

Então, esperamos que os programas do governo federal, que estão sendo questionados pelo governo norte-americano, sejam também implantados em Santa Catarina. Enquanto o governo federal lança um programa agroecológico, a Epagri, em Santa Catarina, não tem nem um programa público estratégico de agroecologia. Isso precisa ser mudado, precisa ser melhorado. E vamos continuar cobrando aqui até que sejam implantados esses programas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Srs. deputados, logo depois do término do horário dos Partidos Políticos, vamos atender à solicitação feita à Mesa para abrirmos um espaço para a sra. Leonir Zacarias de Souza, presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas do vale do Itapocu, que usará a palavra pelo tempo de até dez minutos, a fim de fazer um convite a todos

os srs. deputados e a todos os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc.

Neste momento, o espaço dentro do horário dos Partidos Políticos pertence ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Altair Silva, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria de registrar que no dia de ontem tivemos a visita da Escola Estadual Básica Vitório Roman, da cidade de Vargem Bonita, coordenada pelo diretor, professor Dilmir, que aqui esteve com uma comitiva de 49 alunos.

Quero, neste momento, sr. presidente, falar da sobre a Udesc - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina -, na qual me formei e que foi idealizada para ajudar o desenvolvimento do nosso estado. Até pouco tempo atrás, o grande oeste de Santa Catarina não possuía nenhuma universidade pública e o grande sonho da nossa gente era fazer com que uma universidade pública fosse lá instalada.

Pois bem. A Udesc se propôs a enfrentar esse desafio e instalou um *campus* em Chapecó, um *campus* em Pinhalzinho e outro, em Palmitos. Com isso, o sonho do grande oeste passou a se concretizar, com a instalação da primeira universidade pública, com ensino gratuito e de qualidade, na região.

Esse projeto começou muitos anos atrás, passou por vários governos, criou corpo no governo de Esperidião Amin, Luiz Henrique deu sequência e os governadores que os sucederam também deram continuidade.

Ontem, falando com o governador Raimundo Colombo, fiz um apelo especialmente sobre o *campus* de Pinhalzinho. E o governador, sensível que é, imediatamente ligou ao reitor Antônio Heronaldo de Sousa, que à tarde, por volta das 16h, esteve nesta Casa, onde fizemos uma reunião com as lideranças de Pinhalzinho e de outros municípios da região.

Quero aqui citar os vereadores de Pinhalzinho que estiveram presentes: Lari Antonio Heinen, Sadi

José Liston, Claudir Henz, mais conhecido como Alemãozinho, Nilson Miguel Gosch e Silvana Bugnotto. Também estiveram presentes o vice-prefeito, a secretária da Educação, o prefeito de Sul Brasil, além dos deputados estaduais Mauro de Nadal, Dirceu Dresch e Marcos Vieira.

Foi uma reunião muito produtiva, na qual o reitor e as lideranças da região de Pinhalzinho puderam falar acerca das adversidades que a Udesc vem passando. A situação do prédio foi judicializada porque há questionamentos quanto à qualidade da construção, a tal ponto que a prefeitura e os alunos buscaram outro local para que as aulas pudessem ter prosseguimento. Além disso, com a judicialização da questão, tornou-se mais difícil fazer a reforma e criar um ambiente mais adequado para os alunos.

Assim, diante desse quadro, a comunidade estava muito preocupada com um possível esvaziamento da Udesc na cidade de Pinhalzinho, tornando quimera aquele grande sonho de ter uma universidade pública de qualidade para atender toda a região oeste. Havia a seguinte pergunta no ar: vai acontecer com Pinhalzinho o que Palmitos está vivendo? Mas, graças a Deus, o reitor, o pró-reitor e toda a comitiva de professores explicaram todas as implicações com relação ao prédio e apresentaram um plano de ação para efetivação do *campus* da Udesc de Pinhalzinho, inclusive com a implantação do curso de Engenharia Química.

Dessa forma, a reunião realizada no gabinete da Presidência terminou num clima de otimismo, de esperança, com a promessa do reitor de que no próximo dia 18 de novembro comparecerá a uma sessão da Câmara Municipal para explicar todo o plano de ação aos vereadores e àquela comunidade.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Altair Silva.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar a presença de dois amigos que, inclusive, não são do nosso partido. O primeiro é o prefeito de Barra do Sul, Ademar Henrique Borges, o Ademarzinho, que faz um excepcional trabalho em sua cidade. O pai dele também já foi prefeito e trata-se de uma família dedicadíssima às causas da comunidade.

O segundo companheiro que nos visita é Clemilton Carlos Pereira, do PSDB, amigo do deputado Nilson Gonçalves e meu amigo de coração. Ele está no exercício do cargo de prefeito na cidade que mais cresce no Brasil, Araquari, que está recebendo uma fábrica da BMW.

Parabéns, Clemilton, pelo seu trabalho, pela coragem e por tudo que você e João Pedro Woitexem têm feito pela comunidade da nossa querida Araquari.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Darci de Matos! Faço minhas as suas palavras tanto em relação ao Clemilton como em relação ao prefeito Ademarzinho.

Srs. deputados, como havíamos anunciado, vamos suspender a presente sessão por dez minutos para ouvir, a pedido da liderança do PMDB, com o apoio dos demais líderes, a sra. Leonir Zacarias de Souza, presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual do Vale do Itapocu, que fará o lançamento da Feira Industrial de Produtos e Serviços - Fipis 2014.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar campainha) - Está reaberta a sessão

Esta Presidência convida as sras. e os srs. deputados que ainda se encontram em seus gabinetes para que compareçam ao plenário, pois teremos a votação da PEC referente à extinção do voto secreto, conforme acordado na semana passada e comunicado na sessão de quinta-feira.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa de policiais civis de Santa Catarina que, através do Sinpol, esclarecem que o projeto de origem governamental de deve aportar nesta Casa na semana que vem e que trata da remuneração da área da segurança não contempla suas reivindicações. Assim, sugerem que os parlamentares desta Casa estejam atentos, conheçam bem o projeto e atendam à reivindicação dos profissionais que zelam pela segurança no estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agradeço o registro, deputada.

Esta Presidência também registra e agradece a presença dos representantes do Sinpol, que sempre se manifestam de maneira democrática e ordeira. São bem-vindos e parabéns pelo exemplo que dão e o posicionamento que têm adotado nesta Casa.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero apenas, sr. presidente, registrar a presença da prefeita tucana de Celso Ramos, Inês Teresinha Pegoraro Schons, que está acompanhada de seu esposo e do vereador José Bornagui, que estão na Assembleia buscando algum convênio com o deputado Romildo Titon e com os deputados que apóiam aquele próspero município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência agradece a presença da prefeita, que tão bem comanda os destinos daquele município, e de todos os que a acompanham. Sejam bem-vindos!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, com muita honra quero registrar a presença do sr. Jodemir de Souza, presidente do Centro Social Urbano de Criciúma, de e Jaime da Silva, diretor, que vieram a trabalho.

Também está presente Wagner Pizzetti, que se prepara para uma grande missão, pois fez um curso de gestão pública nos Estados Unidos, numa das melhores universidades daquele país. Ele saiu da sua cidade, foi-se aperfeiçoar no exterior e retornou para prestar serviços ao seu município.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero agradecer a presença, em nome desta Casa, dos vereadores de São Pedro de Alcântara, Paulo de Bem e Félix Eufrásio, do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Presidente, quero cumprimentar os vereadores de Xaxim, Ideraldo Luiz Sorgato, Uilian Cavalheiro e Gelci Guerino Della Corte, além do assessor jurídico da prefeitura, que fazem uma visita a esta Casa.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Srs. parlamentares, esta Presidência vai proceder à verificação de quórum, posto que constam da pauta da Ordem do Dia duas PECs que precisam ser votadas.

Solicito à assessoria que abra o painel eletrônico para a devida verificação de quórum.

(Procede-se à verificação de quórum.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

presente

DEPUTADO ALTAIR SILVA	presente
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	presente
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	presente
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	presente
DEPUTADO CIRO ROZA	presente
DEPUTADO DADO CHEREM	presente
DEPUTADO DARCI DE MATOS	presente
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	presente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	presente
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	presente
DEPUTADO EDISON ANDRINO	presente
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	presente
DEPUTADO JAILSON LIMA	presente
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	presente
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	presente
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	presente
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	presente
DEPUTADO KENNEDY NUNES	presente
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	presente
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	presente
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	presente
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	presente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	presente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	presente
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	presente
DEPUTADO RENATO HINNIG	presente
DEPUTADO RENO CARAMORI	presente
DEPUTADO ROMILDO TITON	presente
DEPUTADO SANDRO SILVA	presente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	presente
DEPUTADO SILVIO DREVECK	presente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Temos 32 srs. deputados presentes e oito ausentes.

Havendo quórum regimental, vamos dar continuidade à Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0003/2013, de autoria do deputado Jailson Lima e outros, que altera o art. 36 e dispositivos dos arts. 40, 44, 54 e 68 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para abolir o voto secreto das deliberações da Assembleia Legislativa.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Sr. presidente, peço a palavra para discutir a PEC n. 0003/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para discutir a PEC n. 0003/2013, o primeiro subscritor, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, nobres colegas, a data de hoje é de extrema importância para o estado de Santa Catarina e para a cidadania. Entendo que abolir o voto secreto é consolidar a democracia e, principalmente, dar transparência àqueles que representamos.

Assim, após a discussão que aqui fizemos, após o parecer do deputado José Nei Ascari e depois dos debates na comissão de Constituição e Justiça, hoje, definitivamente, vamos mostrar ao Brasil que nos dias de hoje não cabe mais nos escondermos atrás do voto secreto, pois a população quer transparência de todos os poderes constituídos.

Por isso, presidente Joares Ponticelli, espero que Santa Catarina mais uma vez mostre para o Congresso Nacional que aquela Casa precisa tomar uma posição e não mais prorrogar esse debate, e desde já antecipo o meu voto favorável à PEC n. 0003/2013, para acabar com o voto secreto nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Srs. deputados, quero propor, já que o primeiro subscritor utilizou menos cinco minutos na tribuna e que há vários deputados inscritos,

que cada um tenha três minutos para discutir a PEC.

Com a palavra o primeiro inscrito, deputado Darci de Matos, por até três minutos, conforme acordado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero brevemente, na linha do que foi explicitado pelo deputado Jailson Lima, que é um dos autores dessa PEC, juntamente com outros deputados, entre eles este deputado, dizer que esta sessão é histórica, memorável e importante para nosso estado. Parece-me que Santa Catarina é o primeiro estado do Brasil que se antecipa a uma decisão que poderá acontecer em alguns dias no Congresso Nacional.

Nós estamos dando uma resposta, deputado Padre Pedro Baldissera, dando vazão, prestando um pouco mais de atenção às manifestações espontâneas e democráticas que aconteceram há poucos dias no país, onde a juventude, os profissionais liberais, os trabalhadores e as donas de casa foram para as ruas pedir uma nova ética, reivindicar uma nova postura de todas as classes e categorias, principalmente a classe política.

Por isso o voto aberto em todos os aspectos, em todos os sentidos, em todos os projetos é necessário, pois além de darmos uma resposta às manifestações, estaremos tornando esta Casa mais democrática, mais transparente em maior sintonia com a sociedade catarinense.

Queremos evitar, sr. presidente, aquilo que aconteceu no Congresso Nacional há poucos dias, quando um deputado condenado pela Justiça e que já está encarcerado, teve o seu mandato preservado. A imprensa não conseguiu detectar praticamente nenhum deputado que tenha votado pela manutenção do seu mandato, mas a verdade é que ele teve os votos necessários para isso.

Portanto, hoje é um dia especial! Parabéns, deputado Jailson Lima! Parabéns, Parlamento catarinense!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Darci de Matos.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Meu caro presidente, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente, vereador Nataniel Cândido Vieira, de São João do Sul, que veio prestigiar a nossa sessão na tarde de hoje.

Sr. presidente, hoje estava em viagem no sul de Santa Catarina, mas suspendi meus compromissos para participar desta votação, porque como terceiro-secretário da Mesa Diretora tenho a responsabilidade de ajudar na tramitação de matérias importantes para esta Casa.

Modéstia à parte, estou no sexto mandato neste Parlamento e sempre cumpro com minhas obrigações com muita responsabilidade, com muita lealdade, mas, acima de tudo, com muita ética. Por isso, ando com minha cabeça erguida, sabendo que estou cumprindo minha missão nesta Casa e em nosso estado.

Hoje estou aqui para aprovar a extinção do voto secreto, mostrando para a sociedade que quem tem coragem, responsabilidade e ética na vida e no seu trabalho pode votar de forma aberta, escancarada. E é o que vou fazer hoje, srs. deputados, ou seja, aprovar a PEC n. 0003/2013, para mostrar para o país inteiro que saímos na frente, que aquilo que estão imaginando fazer no Congresso Nacional já estamos fazendo aqui.

Por isso, parabéns, sr. presidente e parlamentares desta Casa, por dizer à sociedade que o voto será aberto, cumprindo sua missão com o povo, pois dessa forma poderemos posicionar-nos da forma que quisermos, sendo respeitados e a sociedade saberá o que cada um pensa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, de forma muito rápida quero manifestar-me acerca dessa PEC.

Parabenizo o Parlamento catarinense que está dando uma demonstração de transparência e de que a atividade parlamentar tem que ser colocada de forma clara para que toda sociedade possa tomar conhecimento.

Mas ao mesmo tempo, sr. presidente, em que estamos aqui praticando o gesto da derrubada do voto secreto, ainda quero lamentar que o Congresso Nacional e o governo federal não tenham entendido o recado das ruas. Manifestações ainda estão ocorrendo em Porto Alegre, em São Paulo, no Rio de Janeiro, mas me parece que o poder central está cego e surdo para o que vem das ruas.

Fizeram uma minirreforma política que, infelizmente, não trata da estrutura política do Brasil, não acaba com as coligações na eleição proporcional, não reduz as mais de três dezenas de partidos. Foram criados partidos de aluguel, mas isso o Congresso Nacional não vê, permite que continuem existindo.

Mais uma vez parabenizo o Parlamento catarinense, que está dando essa demonstração de transparência para população. E que esse exemplo sirva para o Congresso Nacional e para o governo federal, a fim de que assumam suas responsabilidades e ouçam o clamor da população nas ruas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, apenas quero reforçar, mais uma vez, a importância do posicionamento acerca do voto aberto nesta Casa.

Gostaria, primeiramente, de fazer uma distinção entre o voto secreto no Parlamento e o voto secreto do eleitor nas eleições municipais, estaduais e federal. No caso das eleições gerais, o cidadão vai às urnas votar por si mesmo. Mas os parlamentares, nas respectivas Casas Legislativas, não votam por si próprios, votam por representação de seus eleitores. Assim, quem vota por

representação precisa justificar seu voto para os representados. E este é o ponto central da votação desta tarde: a extinção do voto secreto nesta Casa Legislativa!

Em 1995, quando aqui ocupei uma cadeira de deputado pela primeira vez, apresentei uma PEC propondo justamente a extinção do voto secreto. Após três anos de debate, em 1997 foi votada a Proposta de Emenda Constitucional n. 0001/1995, que foi rejeitada por 18 votos a 16, numa votação apertada.

Após isso, muitas coisas mudaram, a sociedade apresentou novas demandas e uma delas demandas é justamente a absoluta transparência de quem vota por representação, sr. presidente. Por isso acredito que essa PEC está bem amadurecida para ser votada nesta Casa, assim como nas Câmaras de Vereadores e no Congresso Nacional.

Reafirmo neste momento o apoio à proposta de adoção do voto aberto para todo e qualquer projeto, pois, até repetindo o que escrevi há alguns anos, a manutenção do voto secreto representa uma fragilidade do Poder Legislativo, através do qual os deputados não assumem publicamente suas posições diante de determinadas demandas. O voto aberto vai fortalecer o Poder Legislativo, vai trazer transparência, vai fortalecer a democracia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra o eminente deputado Silvio Dreveck, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, obviamente que a decisão da extinção do voto secreto dará ao Parlamento catarinense mais transparência e maior credibilidade. Mas quero ressaltar que tão importante quanto a transparência é a responsabilidade na apresentação de projetos de origem parlamentar e na sua apreciação nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, posto que existem

impedimentos legais quanto àquilo que o deputado pode legislar. Por que digo isso? Porque esses projetos são aprovados pelo Plenário, mas ao chegarem ao Poder Executivo são vetados pelo governador sob a alegação, deputado Aldo Schneider, de que são inconstitucionais porque geram despesa ou porque são contra o interesse público.

Portanto, repito, a extinção do voto secreto aumenta a responsabilidade de todos os parlamentares na apresentação de projetos de origem parlamentar.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Com a palavra o eminente deputado José Milton Scheffer, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, quero fazer uma reflexão, na tarde de hoje, sobre a importância do voto aberto no aperfeiçoamento do Poder Legislativo de Santa Catarina.

Santa Catarina dá um bom exemplo para o Brasil. Já o fizemos na questão da transparência, sendo que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina serviu de exemplo para outras instituições e também para outros estados.

Por isso, com muito orgulho, estamos hoje aqui para votar favoravelmente a esta emenda, mas que sirva de exemplo também para outras instituições, pois a democracia precisa ser aperfeiçoada.

Agora, seria muito bem-vinda se neste ano, na Câmara dos Deputados, tivéssemos também uma reforma política profunda, que estruturasse os partidos políticos naquilo que a sociedade tem buscado e não apenas na questão do voto secreto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero ressaltar que a decisão que esta Casa tomará

no dia de hoje é extremamente importante para o nosso futuro. Nós sabemos que essa é uma decisão - e o deputado Silvio Dreveck falou aqui sobre os vetos - que mexe profundamente com o futuro desta Casa. Quando um veto vier para este Poder - porque os deputados aprovam um projeto nas comissões, o governador veta e os deputados têm que tomar uma posição autônoma nesta Casa dentro de sua concepção política -, será um passo extremamente maduro o deputado tomar uma posição.

Então, acredito que estamos dando um passo significativo no Brasil no sentido de melhorar a democracia. Temos a responsabilidade de lutar para que haja democracia não somente nesta Casa, mas também nos poderes que temos a responsabilidade de fiscalizar. E temos que lutar para que não aconteça o que está acontecendo conosco: para termos acesso a informações do Tribunal de Contas do Estado, temos que entrar na Justiça. Isso não cabe numa democracia e vamos lutar para conseguir mais transparência e informações com relação ao dinheiro público e às ações políticas.

Queremos parabenizar o deputado Jailson Lima, que foi o primeiro deputado a assinar essa PEC que, com certeza, mudará radicalmente o futuro desta Casa e a posição dos parlamentares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, por até três minutos, o deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, na mesma linha, quero apenas mostrar que o Poder Legislativo é o mais transparente que existe. Ao longo dos anos, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina vem avançando, principalmente na democracia participativa e na transparência.

A votação de hoje é um avanço e os 40 deputados estaduais são unânimes em defender essa posição. O eleitor tem que saber o nosso posicionamento e acompanhar o nosso trabalho. E nessa evolução estão a TVAL e a Rádio Alesc Digital, que transmitem as nossas sessões

abertamente. Ainda vamos chegar a ter uma TV aberta, a fim de ampliar essa fiscalização e esse acompanhamento.

Mas quero parabenizar os autores dessa emenda que, com certeza, será aprovada por unanimidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, por até três minutos, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, primeiramente quero justificar a ausência da deputada Luciane Carminatti, que se encontra no município de Chapecó representando este Parlamento numa atividade naquela cidade.

Gostaríamos de dizer, sr. presidente, que hoje vamos dar mais uma demonstração do quanto o Parlamento catarinense é importante. Foi aqui que também aprovamos por unanimidade o fim do pagamento das sessões extraordinárias e a diminuição do recesso parlamentar. Agora vamos votar a extinção do voto secreto, dando transparência e mostrando para a população catarinense que os deputados e as deputadas desta Casa estão aqui para representar o povo catarinense e não têm medo de se expor nos temas polêmicos.

Sendo assim, a bancada do Partido dos Trabalhadores apoiará por unanimidade a aprovação da PEC n. 0003/2013, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, para discutir, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, a pressão nacional da sociedade pelo fim do voto secreto se acentuou em função da manutenção, pela Câmara Federal, do mandato do deputado Natan Donadon.

Entretanto, é preciso que fique claro que esta Assembleia tem sido absolutamente transparente. O voto que temos dado é aquele ditado pela nossa

consciência e podemos justificá-lo diante de toda a sociedade catarinense.

Então, vejo como importante a nossa iniciativa de abolirmos o voto secreto nesta Casa, antecipando-nos, inclusive, aos demais estados da federação e ao Congresso Nacional.

Por fim, quero dizer que o voto aberto pode, em algum momento, não ser muito popular, mas é o voto de credibilidade, da transparência. É o voto que nos permite olhar no olho do eleitor e explicar por que tomamos aquela decisão.

Parabéns, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Para encerrar as discussões, com a palavra o eminente relator da PEC em tela, deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Sr. presidente, quero rapidamente cumprimentá-lo pelo fato de estar comandando esta sessão, que é uma sessão histórica, como todos fizeram questão de registrar. Quero cumprimentar também o deputado Jailson Lima, que comandou o processo de formulação e apresentação dessa proposta de emenda à Constituição de Santa Catarina.

Eu tive a responsabilidade de relatar essa matéria extremamente importante. Mas, mais do que isso, tive o prazer de emitir, na condição de relator, o voto no âmbito da comissão de Constituição e Justiça, que foi aprovado no dia de ontem por unanimidade.

Como disse o deputado Neodi Saretta, quando o eleitor escolhe nas urnas o seu representante no Legislativo ou quando escolhe o prefeito, o governador ou o presidente da República, ele faz isso em seu nome apenas. Ele pratica um ato individual. Mas quando o deputado vota no Parlamento, ele representa a expectativa de uma parcela significativa da sociedade, à qual ele precisa prestar contas. E o voto aberto nesta Casa é, indiscutivelmente, uma forma de o parlamentar prestar contas à sociedade do seu posicionamento.

Por isso, acho que este momento é louvável, é histórico. O voto secreto teve, com certeza, uma importância significativa num determinado momento de nossa história, mas é chegada a hora de avançar e aboli-lo definitivamente tanto no âmbito das comissões quanto no plenário.

Parabéns, presidente pela condução do processo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado José Nei Ascari.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a PEC e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Questiono se todos os parlamentares exerceram o direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Tivemos 34 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada em primeiro turno a PEC que elimina o voto secreto de todas as votações nesta Assembleia Legislativa.

Esta Presidência, com a concordância dos líderes, encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h45, destinada à votação em segundo turno da PEC.

Está encerrada a sessão.